

76ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DO CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS – CNEA - RELATORIA ANÁLISE DE PROCESSOS DE INCLUSÃO DE ENTIDADES.

DATA 26 DE MAIO DE 2015

PARTICIPANTES: Marcelo Pereira Manara (SODEMAP), Lisiane Becker (MIRA SERRA), Sergio Cruz (KANINDE), Karen Regina Sobreira (ECOTRÓPICA), Francisco Soares (FURPA). Participaram ainda dos debates, sem manifestação de voto, Ailton Pires de Lima (ARGONAUTAS), Tadeu Santos (SOCIOS DA NATUREZA).

DEBATES E DECISÕES:

1 - Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravatia - PNVG - RS

Feitas as análises nos documentos acostados ao processo, verificada a inexistência de pendências na apresentação da documentação básica exigida e constatada a comprovação da atuação ambiental da entidade, a decisão unânime foi pelo DEFERIMENTO do pleito.

2 - Instituto Augusto Carneiro - RS

Na recapitulação do histórico dos documentos acostados ao processo constatou-se mail encaminhado pela coordenação CNEA (15/12/2014) solicitando detalhamento do relatório de atividades da instituição.

Na documentação oferecida pela instituição (fls 62 a 105, constatou-se certa confusão entre atividades desenvolvidas por seus membros e aquilo que se pretendia comprovar como atividades da instituição (ex do relatório de ações em conservação marinha desenvolvidas pelo especialista José Truda, não assinado)., e outras informações sobre participações em colegiados, que foram analisadas e julgadas insuficientes como prova de atuação em nome da entidade.

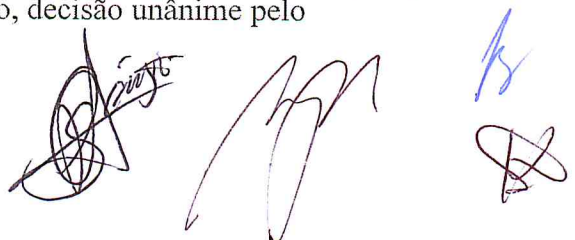
Foi apresentada memória de reunião da Rede mata Atlântica do RS, realizada em 29/03/15, que diz desconhecer a atuação da entidade em matérias ambientais.

O Sr. Tadeu Santos (Socios da Natureza) solicitou registro na Ata de sua manifestação de apoio à entidade, não obstante sua ligação com setores como o da mineração, atesta o longo histórico de atuação da presidente da entidade (Sra Kathia) em frentes ambientais da região, a exemplo da questão do carvão.

O consenso dos analistas foi que os documentos acostados ainda se mostram insuficientes para atendimento do quanto requerido pela coordenação CNEA (fls 59) para "detalhamento das atividades desenvolvidas", portanto, foi solicitado o envio de mais detalhamentos acerca das ações empreendidas em consonância com os eixos de atuação exibidos no site da instituição. Portanto, decisão unânime pelo INDEFERIMENTO.

3 - Associação dos Pequenos Produtores do Ribeirão do Ronca - ASPRON - BA

Feitas as análises da documentação acostada ao processo, verificou-se que em razão do CNPJ e das atividades descritas (fls 63/64) que remetem a prioridade de atuação da entidade com fins sociais, acabam por promover o enquadramento da entidade no inciso II, parágrafo único, do artigo 1º da Resolução CONAMA 292, portanto, decisão unânime pelo INDEFERIMENTO.



4 - Instituto Brasileiro de Fiscalização Ambiental - IBRAFAM - CE

Feitas as análises da documentação acostada ao processo, e outras pesquisas como consultas na internet, constatou-se a dificuldade na compreensão sobre as ações executadas, e ainda, causou estranheza a descrição da atividade principal de "fiscalização" que no entendimento dos analistas apresenta conflito com a atribuição natural dos órgãos integrantes do SISNAMA. Foi consenso que a situação requer análise jurídica, complementada por informações a serem colhidas com outras ONGs cadastradas no CNEA e que atuem na mesma região do solicitante. Decisão unânime pelo INDEFERIMENTO.

5 - Em razão da sobreposição com outras reuniões demandadas pela coordenação DCONAMA, o tempo destinado para tais análises restou bastante prejudicado, o que impossibilitou a apreciação dos outros 5 pleitos restantes.



MARCELO PEREIRA MANARA
SODEMAP



LISIANE BECKER
MIRA SERRA



SÉRGIO CRUZ
KANINDE



KAREN SOBREIRO
ECOTRÓPICA



FRANCISCO SOARES
FURPA